

MOVIMENTO NOSSA BH: representação e participação popular nas lutas por cidades sustentáveis

Daniele Cardoso do Nascimento, Armindo dos Santos de Sousa Teodósio*,
Elis Rocha Palmeira, Laise Copolillo Ayres

Submissão em 26/11/2015; Aprovação em 26/03/2016

RESUMO

A participação popular no processo político no Brasil tem sido marcada pela ampliação da presença da sociedade civil e pelo crescimento das instituições participativas. Isso porque a sociedade civil tem reivindicado maior presença em instituições encarregadas pela deliberação sobre políticas públicas nas áreas de saúde, assistência social e políticas urbanas, ao mesmo tempo em que se constata a institucionalização por parte de diferentes níveis de governo com diferentes orientações político-partidárias de variadas formas de inserção de associações da sociedade civil nas políticas públicas. O discurso que defende o diálogo, a colaboração e as parcerias entre Estado, sociedade civil e as empresas, também os atores de mercado, em prol de melhorias na gestão pública tem se tornado recorrente na América Latina e também no Brasil. A Rede Latino-Americana de Cidades Justas e Sustentáveis, criada em 2008, faz referência a este contexto e os movimentos sociais que a compõem têm envidado esforços para ampliar o espaço de participação popular e accountability no âmbito da gestão local. O presente artigo busca analisar o Movimento Nossa BH (MNBH) em suas tentativas para fazer avançar a participação popular em políticas públicas na capital mineira. Para tanto, as iniciativas desenvolvidas pelo MNBH são problematizadas à luz de teorias que analisam a democracia participativa e a construção do controle social sobre a máquina pública. Percebe-se que ainda existem importantes desafios e limitações a serem superados pelo MNBH nas suas relações com o governo local, bem como com as empresas que o apoiam, de forma a fazer avançar a participação popular no contexto brasileiro contemporâneo, marcado já há algumas décadas por iniciativas anteriores de ampliação dos espaços participativos no país.

PALAVRAS-CHAVE

Participação Popular, Accountability, Poder Local, Gestão Pública.

1. INTRODUÇÃO

A Rede Latino-Americana de Cidades Justas e Sustentáveis é uma iniciativa, criada em 2008, a partir de experiências de monitoramento da qualidade de vida desenvolvidas em algumas cidades da América Latina, com destaque para o caso emblemático de Bogotá, com o movimento “Bogotá como Vamos?”. Atualmente, essa rede é integrada por cidades da Argentina, Brasil, Bolívia, Chile, Colômbia, Equador, México, Paraguai, Peru e Uruguai.

Com apoio da Fundação AVINA, uma organização da sociedade civil que atua em onze países da América Latina, esses tipos de movimento procuram disseminar o surgimento de organizações da sociedade civil que possam contribuir para o desenvolvimento sustentável das cidades através de três frentes básicas de atuação: a) criação de indicadores de monitoramento da gestão pública; b) levantamento e análise da percepção dos cidadãos sobre a experiência de se viver nas suas cidades; e c) educação para a participação cidadã na proposição, acompanhamento e avaliação de melhores políticas públicas (RED CIUDADES, 2013).

A Fundação AVINA trabalha na América Latina como uma articuladora, coinvestidora e facilitadora de diferentes iniciativas da sociedade civil e organizações privadas que investem em responsabilidade social empresarial voltadas a diferentes agendas de políticas públicas e cidadania. Dessa forma, a AVINA busca construir uma presença local, bem como relações com vários aliados no âmbito continental que buscam traçar estratégias comuns de âmbito regional e nacional. Os princípios da fundação se pautam na crença de que é importante construir relações harmônicas entre o campo individual, social e

ambiental, sendo esta articulação primordial para que seja possível a promoção do desenvolvimento sustentável (AVINA, 2013).

A carta de princípios da Rede Latino-Americana de Cidades Justas e Sustentáveis, assinada em Bogotá, no dia 17 de outubro no ano de 2008, afirma que movimentos e organizações sociais, meios de comunicação, universidades e empresários devem ter como objetivo de ação compartilhada a melhoria das suas respectivas cidades. Vários movimentos sociais que compõem essa Rede desenvolvem relações intersetoriais, não apenas com o Estado, mas também com empresas que são financiadoras dessas iniciativas. Por desenvolverem esse tipo de relação, permeada de possibilidades de ampliação dos processos democráticos e participativos, bem como de riscos e armadilhas para a própria democracia, esses movimentos se constituem em rico objeto de análise (TEODÓSIO, 2009; SELSKY, PARKER, 2005).

Movimentos como o Nossa BH começaram a atuar em busca de uma melhor qualidade de vida na capital mineira e tem procurado se constituir como um canal para a promoção e ampliação da participação cidadã, assim como para o exercício da accountability, sobretudo no que tange à definição de metas para a gestão pública local e para a execução do orçamento público.

O artigo está estruturado da seguinte maneira: inicialmente é analisado o modelo democrático-participativo, dentro do qual problematiza-se a noção de accountability. Em seguida, discute-se o espaço dos movimentos sociais no contexto da cultura política brasileira. Nos tópicos seguintes, é feita uma análise do Movimento Nossa BH, como meio de ampliação dos espaços de construção participativa de políticas públicas na capital mineira, apontando suas formas de atuação, a estrutura do movimento, as principais ações e, enfim, os desafios e armadilhas encontrados.

2. A LONGA E TORTUOSA CAMINHADA DA PARTICIPAÇÃO POPULAR NA GESTÃO PÚBLICA

O modelo democrático-participativo busca a ampliação dos atores sociais envolvidos na gestão pública e salienta a necessidade de fazer com que os saberes construídos pelos diferentes atores da sociedade sejam usados para o benefício e para a melhoria da democratização dos processos decisórios (FREY, 2007). No contexto do modelo democrático, a accountability aparece mediante a necessidade da sociedade exercer controle sobre o poder público, na busca da garantia de que esse poder seja exercido em favor do serviço público.

Outrossim, enquanto meio para a construção de um regime democrático e de controle social, a accountability democrática só pode ser plenamente exercida pela sociedade quando ocorre em contextos de participação ativa do cidadão (por meios institucionalizados ou não) e de ampla difusão de informações que possam auxiliar a sociedade a ser protagonista dos processos de controle da gestão pública, com a consequente responsabilização de agentes públicos (QUIÑONES; HERREA; HERNÁNDEZ, 2011).

A democracia brasileira é considerada por O'Donnell (1998) como de caráter de delegação, pois, apesar da sociedade dispor de instrumentos próprios das democracias plenas, utiliza-os de forma parcial ou tutelada. Isso porque, em nosso contexto político, são concedidos plenos poderes aos eleitos, sem que seja exigida deles prestação de contas em relação ao prometido no processo eleitoral, o que caracteriza o chamado déficit de accountability, ou seja, um baixo grau de cobrança da sociedade sobre seus representantes e governantes (OSTRANDER, 2003).

O processo democrático no Brasil iniciou-se de forma distinta de outros países do Norte. Sendo o país marcado por uma forte tradição cultural centrada no Estado em relação à sociedade e ao mercado, configura-se na nação uma antiga trajetória de relações políticas perpassadas pelo paternalismo, clientelismo e assistencialismo. Com isso, muitas vezes a sociedade assume uma postura passiva em relação ao governo, visto como o principal provedor de bens e serviços (SCHOMMER; NUNES; MORAES, 2011).

Na tentativa de transformar esse cenário e superar vários desses traços da cultura política brasileira, aparecem as lutas dos movimentos sociais pela ampliação dos mecanismos de participação, divulgação de informações e diálogo entre sociedade e Estado. Como exemplo disso têm-se os chamados Orçamentos Participativos (OPs), criados para possibilitar à sociedade civil incidir sobre o destino dos investimentos públicos e participar ativamente na melhoria da cidade, democratizando dessa forma a gestão e o planejamento públicos (PREFEITURA DE BELO HORIZONTE, 2013).

De forma geral, os movimentos sociais brasileiros surgidos nos anos 70, ou seja, em um período da história nacional marcado pelo autoritarismo e desrespeito às liberdades políticas e os direitos civis, tendiam a eleger o Estado como um "inimigo" comum. Um dos desafios enfrentados pelos movimentos sociais brasileiros desde aquela época até os dias de hoje, principalmente com as manifestações ocorridas no país em junho de 2013, é a superação das relações de clientelismo que perpassam a interação

entre sociedade e Estado no contexto brasileiro. Muitas vezes, quando o poder público atende às reivindicações, há uma tendência de se dissolver as mobilizações e protestos, assim como de diminuir a incidência do acompanhamento de projetos e políticas públicas por parte da população. Este tipo de comportamento é entendido como mais uma expressão clientelista da sociedade perante o Estado (YAMAUTI, 2001).

Os movimentos sociais e organizações da sociedade civil agregam valor à democracia participativa. Neste processo contínuo de manutenção da democracia no Brasil, ações com raízes na mobilização cidadã, com o propósito de resolver um problema público ou social, são reconhecidas como indícios de ampliação do espaço democrático. A democracia da gestão urbana almejada pelo Movimento Nossa BH, assim como nos movimentos da Rede Latino-americana por Cidades Mais Justas e Sustentáveis, busca criar meios de informar os cidadãos, ampliar o diálogo entre a sociedade e o governo local e desenvolver melhores mecanismos de acompanhamento das propostas e ações políticas (APPADURAI, 2001).

Existe um consenso de que a sociedade civil é uma arena de relações sociais que pode intermediar relações entre o Estado, empresas e a sociedade, tornando-as mais horizontais, participativas e transparentes (CABRAL, 2007). Algumas organizações da sociedade civil apresentam alto grau de autonomia interna e um nível significativo de participação popular voluntária em suas iniciativas, o que contribui para o fortalecimento de sua legitimidade perante a sociedade e para sua presença em espaços institucionalizados ou não de representação de interesses no diálogo na esfera pública (FALCONER, 1999; SOBOTTKA, 2002).

A presença de organizações da sociedade é bastante marcante no Brasil e desempenha um papel importante no processo de democratização do acesso a serviços e equipamentos públicos e no processo de formação de políticas públicas, papel esse que se ampliou significativamente após a Constituição de 1988 (MEREGE, 2012).

No que tange a relação entre o Estado e a sociedade, assim como a relação do Estado com os movimentos sociais, é importante ressaltar que o diálogo se aprofunda no fim dos anos 1980 com a reforma constitucional de 1988. Com o processo de redemocratização do Brasil foram se consolidando demandas sociais que tinham como foco originário principal a pobreza e a desigualdade encontradas no campo e nas cidades, que necessitavam de uma ação governamental para amenizá-las e solucioná-las em longo prazo.

Porém, tal cenário foi acompanhado por ajustes neoliberais dos anos de 1990, que visavam superar a crise do sistema capitalista, por meio de um isomorfismo de cunho político econômico predominante traçado pelo Fundo Internacional Monetário (FMI) e pelo Banco Mundial (BM), chamado Consenso de Washington (STIGLITZ, 1999; TENÓRIO; LOPES; MELO, 2013). Este consenso apontava como solução para os problemas financeiros da América Latina a busca de uma suposta despolitização da economia, a desregulamentação dos mercados e a promoção do Estado Mínimo (STIGLITZ, 1999).

O modelo de ajuste neoliberal buscava a intervenção mínima do Estado, mas também acabou por contribuir para a ampliação de organizações da sociedade civil na luta pela promoção do bem-estar social. Em vários contextos nacionais no período marcado pela difusão dos princípios político-econômicos, o número de organizações da sociedade civil aumentou significativamente e a ação dos movimentos sociais se ampliou. Dois caminhos começaram a ser trilhados, ambos em busca da manutenção ou promoção do bem-estar social: (1) um pela via do conflito com as forças políticas dominantes e que controlavam os governos na difusão do ideário neoliberal e (2) outro pela oferta de serviços e bens públicos através de atores não governamentais, seja como subsidiário da política pública, seja de forma autônoma e autofinanciada.

Um terceiro eixo de ação que se configurou no contexto das relações entre Estado e sociedade civil, inclusive e sobretudo no caso brasileiro, foi o da incidência nos espaços de interlocução e conformação de planos, políticas e programas públicos. Muitas organizações da sociedade civil começaram a ganhar mais força justamente por se constituírem em um veículo de interlocução entre a sociedade e o Estado. Já no fim dos anos de 1990 e começo dos anos 2000, os movimentos sociais e as ONGs ganharam significativo poder de diálogo com o Estado para promoção de políticas públicas (TENÓRIO; LOPES; MELO, 2013).

Nessa realidade multifacetada de interações entre organizações da sociedade civil, que também configuram um universo heterogêneo de iniciativas, seja por conta de seu perfil político-ideológico, capacidade política, mobilização de recursos e visibilidade pública, perduram críticas de que o Estado muitas vezes negligencia carências e demandas sociais legítimas e deixa a cargo exclusivo dos movimentos

sociais e das ONGs a função de “solucionar” alguma questão. Essas diferentes formas de interação entre Estado e sociedade civil têm implicações políticas, sobretudo sobre os espaços e dinâmicas de participação popular, que são diferenciados, e possuem riscos e possibilidades de ampliação da esfera pública e das relações democráticas e de cidadania.

3. NOSSA BH E AS VENTURAS E DESVENTURAS POR UMA CIDADE JUSTA, DEMOCRÁTICA E SUSTENTÁVEL

O Movimento Nossa BH (MNBH) se insere na “Rede Social Brasileira por Cidades Mais Justas e Sustentáveis” e na “Rede Latinoamericana por Cidades Mais Justas e Sustentáveis”, decorrentes dos movimentos “Bogotá como Vamos?” e Nossa São Paulo. Desde 1997, o movimento na capital colombiana tem obtido resultados que são considerados pela mídia e pela opinião pública bem-sucedidos, aglutinando diversos atores sociais com o objetivo de controlar as iniciativas públicas e assim impactar positivamente na qualidade de vida da população (NOSSA BH, 2013a).

O MNBH surgiu em 2008, em Belo Horizonte, com a finalidade de incentivar a sociedade civil a dialogar com o governo local e também com o setor privado na proposição de melhores políticas públicas para a cidade, por meio de uma maior participação popular na gestão pública. O intuito, assim como nos outros movimentos da rede, é promover uma melhor qualidade de vida em Belo Horizonte. O MNBH pretende contribuir para o processo de descentralização do poder político sem levantar bandeiras partidárias ou religiosas, ao mesmo tempo em que não tem a pretensão de substituir o papel do poder público.

A ação coletiva representada no MNBH abrange, assim, a discussão de diferentes agendas de políticas públicas que impactam a qualidade de vida na cidade, buscando o envolvimento de ONGs, de outros movimentos sociais, de organizações privadas e de universidades no relacionamento que estabelece com o governo para a formulação de políticas e soluções urbanas. Outro aspecto importante é que o Movimento se constitui e busca se expandir em forma de rede (WINKLER; POZZEBON, 2011)

Para exercer seus princípios e valores, o MNBH tem o suporte interno de instâncias operativas que são constituídas por voluntários: os grupos de trabalho (GTs), que têm como função desenvolver ações sobre agendas específicas consideradas essenciais para a justiça social e a sustentabilidade na cidade; o grupo impulsor (GI), que é constituído por representantes de organizações sociais, acadêmicas, fundações empresariais, integrantes da secretaria executiva (trabalhadores remunerados do MNBH) e voluntários não afiliados a nenhuma organização, tendo como propósito a articulação geral do Movimento. O grupo impulsor se reúne pelo menos uma vez ao mês e mantém contato via e-mail durante todo o tempo, definindo a posição política do Movimento perante os assuntos debatidos em Belo Horizonte.

A secretaria executiva é composta por profissionais remunerados selecionados pelo grupo impulsor, com objetivo de operacionalizar as iniciativas do MNBH. Através dela são realizadas ações de caráter técnico que possibilitam o Movimento a atender demandas institucionais, como por exemplo, questões de aparato legal, representação em eventos e assuntos financeiros. Por fim, existe o Instituto Nossa BH, que se trata de uma instância administrativa formal e que existe para dar operacionalidade legal e institucional ao MNBH e às decisões deliberadas pelo grupo impulsor, sobretudo com relação à formalização dos encaminhamentos legais e fiscais relacionados à gestão administrativo-financeira.

O movimento possui três eixos de atuação, que, de forma geral, buscam informar à população e fazer com que ela acompanhe e se envolva com os assuntos e temas relacionados à cidade de Belo Horizonte:

- 1) Programa de Indicadores e Metas, que busca selecionar, sistematizar, disponibilizar e divulgar os principais Indicadores de qualidade de vida da cidade de Belo Horizonte para domínio de toda a sociedade.
- 2) Acompanhamento da Gestão Pública, que promove o acompanhamento sistemático das atividades dos poderes executivo e legislativo municipais, incidindo na tomada das decisões governamentais e
- 3) Educação para a Cidadania, que realiza ações, campanhas e eventos, no sentido de contribuir para a educação da população para a cidadania (NOSSA BH, 2013b).

Com base nestes eixos, ações que merecem destaque foram originadas. No eixo do programa de indicadores e metas, foram desenvolvidos, com o apoio da Kairós Desenvolvimento Social e dos voluntários do movimento, 73 indicadores (45 por sub-região da cidade, 18 para o município como um todo e 10 referentes aos equipamentos públicos e conveniados) sobre saúde, educação, violência, juventude, meio ambiente/saneamento/moradia, emprego e renda, assistência social e mobilidade urbana (NOSSA BH, 2013b).

O segundo eixo ocorre na medida em que o Movimento se articula com a sociedade civil no que tange ao monitoramento de votações, comissões e projetos da Câmara de Vereadores e Prefeitura de Belo Horizonte. Já com foco no terceiro eixo, o Movimento promove, por meio das redes sociais, como Facebook, Twitter e blogs, discussões sobre os diversos temas que impactam a vida na cidade, assim como divulga e informa sobre outros movimentos semelhantes que operam no Brasil, sobretudo o Nossa São Paulo. Cabe destacar que a principal inspiração para o nascimento do MNBH foi o movimento de São Paulo, lançado na capital paulista em maio de 2007 (NOSSA BH, 2013b).

No ano de 2009, o movimento propôs instituir o Plano de Metas em Belo Horizonte na audiência pública que ocorreu na Câmara Municipal de Belo Horizonte (CMBH). Em março de 2012, ficou determinado que os prefeitos da cidade, eleitos ou reeleitos, serão obrigados a apresentarem à sociedade civil e ao Poder Legislativo o Programa de Metas e Prioridades de sua gestão até 120 dias após a sua posse. A Lei define também a obrigatoriedade da divulgação semestral pelo Poder Executivo dos indicadores de desempenho relativos à execução do Programa de Metas (NOSSA BH, 2013). Tal iniciativa visa ampliar o controle do cidadão sobre o poder público, diante de informações e acompanhamento político.

O MNBH promoveu também a campanha para a aprovação da Ficha Limpa Municipal, uma iniciativa da Articulação Brasileira de Combate à Corrupção e à Impunidade (ABRACCI), do Instituto Ethos e do Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral, que entrou em vigor a partir de 14 de setembro de 2011. Com isso, proibiu-se a nomeação ou designação de pessoa condenada pela prática de ato ilícito para cargos de direção ou chefia na administração direta e indireta nos poderes executivo e legislativo municipais. Tal lei se estende para funcionários de empresas contratadas pelo município.

Além do sítio na internet, blog e página no Facebook como espaço de divulgação de assuntos de interesse para a capital mineira, o Movimento possui um espaço na rádio CBN BH chamado “Boletim Cidades Sustentáveis”, assim como o tem o Nossa São Paulo nesta mesma rádio, na capital paulista. Neste espaço, comenta-se sobre diversos temas pertinentes à cidade, sendo um dos mais frequentes o que aborda a situação da mobilidade urbana.

É interessante notar ainda que, no ano de 2013, o movimento tornou-se mais presente em outras instâncias de discussão e promoção de políticas públicas, por meio da participação como membro do Comitê Municipal sobre Mudanças Climáticas e Ecoeficiência (CMMCE) da Prefeitura de Belo Horizonte, da Comissão Organizadora da 5ª Conferência Nacional das Cidades – Etapa Municipal Belo Horizonte, do Observatório da Mobilidade, do Fórum Lixo e Cidadania e da Comissão Organizadora da 4ª Conferência Nacional de Meio Ambiente – Etapa Municipal Belo Horizonte. (NOSSABH, 2013a). Pode-se ainda apontar a participação do Movimento nas eleições do Conselho Municipal de Meio Ambiente (COMAM) e Conselho Municipal de Política Urbana (COMPUR). (NOSSABH, 2013a).

O MNBH tem como objetivo avaliar e acompanhar a gestão municipal, sobretudo através da análise do plano de metas de governo. Todavia encontra dificuldades. No dia 29 de junho de 2013, a Prefeitura de Belo Horizonte realizou uma audiência pública para debater o plano de metas; entretanto, segundo o Nossa BH, a notícia ficou restrita ao Diário Oficial do Município datado de 28 de maio e, com isso, a sociedade civil, em sua maioria, não foi informada do evento, o que prejudicou a participação da população. O Movimento havia preparado um documento de análise do Plano de Metas para ser usado como base nas discussões a serem realizadas, debate que acabou por não acontecer. Tal atitude, na visão do Movimento, foi uma demonstração de desvalorização e de descaso daquela gestão do município quanto à participação popular no processo (NOSSA BH, 2013).

Diante das manifestações que tomaram conta do país, por diversos motivos de insatisfação política da sociedade civil diante da gestão pública do Governo Federal e Municipal, o MNBH atuou como meio de informação aos cidadãos sobre a realidade das políticas públicas em Belo Horizonte e em outras cidades do país. Desse modo, incentivou a população a participar das manifestações na Praça Sete, que foi ponto de encontro da maioria das manifestações e local onde os cidadãos se reuniam para trocar opiniões e discutir possíveis soluções (NOSSA BH, 2013). Entretanto, não foi encontrado nos meios de divulgação do Movimento nenhum documento oficial de posicionamento sobre as diversas reivindicações feitas em Belo Horizonte ou outras cidades.

4. MNBH: ENTRE AS POSSIBILIDADES E AS ARMADILHAS DA REPRESENTAÇÃO E DA LEGITIMIDADE

A atuação do Movimento Nossa BH pode ser entendida como uma atuação de membros da sociedade civil em ações coletivas a fim de obter acesso à cidade. Configura-se como um Movimento que busca

influenciar nas decisões políticas e impactar na resposta do poder público às demandas sociais, porém enfrentando grandes e sérios desafios quanto à efetiva capacidade de incidência nessa agenda. Sublinha-se ainda a difusão de práticas de compartilhamento e acompanhamento político. Fica claro, pelas ações do MNBH, que este é um movimento que busca aprimorar a participação da população da cidade nas diferentes instâncias de políticas públicas que se apresentam aos cidadãos e aos movimentos sociais.

Além disso, o Nossa BH oferece e demanda outros eixos de envolvimento participativo da população, na medida em que oferece o acompanhamento de políticas públicas através de indicadores de gestão, que precisam ser problematizados e discutidos em seus grupos de trabalho (GTs) internos, e por meio do acompanhamento da execução orçamentária por parte da prefeitura através da prestação anual de contas do plano de metas de governo. Porém, ainda perduram grandes desafios para a ampliação da participação popular em Belo Horizonte, seja através das oportunidades políticas criadas pelo MNBH, seja pelos espaços institucionalizados já existentes, como no orçamento participativo, nos conselhos ou nos fóruns e encontros de discussão e deliberação de políticas públicas.

A representação exercida pelo MNBH se inscreve no que Avritzer (2007) identifica como a representação da sociedade civil, configurando uma terceira forma de representação na política contemporânea, que aparece acompanhada pela representação eleitoral e pelo exercício da defesa de direitos, ou seja, de advocacy. A relação entre o representante e o representado deve, assim, contar com a autorização dos atores com experiência no tema e da maior parte da sociedade civil.

Dentre os seis argumentos de justificação evocados pelos representantes da sociedade civil organizada para defenderem sua representação (intermediação, proximidade, serviços, filiação, identidade e eleitoral), expostos por Lavallo e Castello (2008), entende-se que o argumento invocado pelo Nossa BH é o da proximidade. Isso porque o movimento enfatiza a qualidade de sua relação com os cidadãos de Belo Horizonte.

Apesar do MNBH conseguir atingir um grupo de pessoas para trabalharem junto ao movimento, existe ainda uma ausência de requisitos explícitos de autorização ao movimento Nossa BH como representante da sociedade belo-horizontina. Isso porque se constatou que apenas um círculo restrito de pessoas conhece e participa do movimento, que muitas vezes é percebido como uma iniciativa muito recente, sobre a qual pouco se conhece, e formado por pessoas que, em sua maioria, não têm uma trajetória e história de envolvimento com as lutas das organizações de base de Belo Horizonte para ampliação do chamado “direito à cidade”.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A criação da participação política no Brasil, assim como em Belo Horizonte, está em via de desenvolvimento. Cidadãos ativos e conscientes podem reivindicar e cobrar do executivo municipal posições e ações em relação às políticas públicas, organizando-se em movimentos sociais e transformando a realidade da gestão pública local e da própria relação entre Estado e sociedade no Brasil. Os movimentos criados e desenvolvidos a partir de grupos da sociedade civil têm, normalmente, nos direitos individuais ou coletivos a fonte de inspiração para construção de sua identidade. No caso do Movimento Nossa BH, uma das ideias-força que visa aglutinar as pessoas é a de que é importante trabalhar de forma ativa, e não apenas através da crítica desacompanhada da ação, por uma melhoria na qualidade de vida da cidade. Para tanto, a participação de pessoas no processo de políticas públicas e o acompanhamento da execução orçamentária do plano de metas de governo são tomados como pontos essenciais para elevar a performance da gestão pública local.

Assim, pode-se afirmar que a atuação do Movimento Nossa BH está inserida em um contexto de ampliação da presença da sociedade civil nas políticas públicas no Brasil, porém encontra o problema da representação perante a própria sociedade civil em Belo Horizonte, o que acarreta problemas de legitimidade na dinâmica da esfera pública. Esta sociedade civil reivindicou, ao longo de décadas, na capital mineira, uma maior participação nas instituições encarregadas da deliberação sobre políticas públicas nas áreas de saúde, assistência social e políticas urbanas. Vários espaços participativos, sobretudo de natureza institucionalizada, surgiram através dessas lutas.

Apesar de ter várias demandas da sociedade civil atendidas pelas políticas públicas, auxiliar na consolidação do modelo de democracia participativa, o MNBH apresenta, o que pode se chamar, de uma verdadeira “letargia”. Entre ativistas com trajetória de lutas pela participação popular na cidade, é muito comum encontrar um diagnóstico de que canais de participação como o OP, os conselhos e mesmos os fóruns e redes de discussão de políticas públicas apresentam vários desafios no que tange à manutenção

do nível de participação atingido no passado, em termos de sua implantação e conquista pela sociedade civil, ou mesmo no que tange à sua ampliação. Esses problemas envolvem desde a delicada relação entre burocratas e cidadãos, passando pela aprendizagem das instituições públicas em lidar com demandas da população, até chegar nas disputas nem sempre pautadas no interesse público que se fazem presentes entre organizações da sociedade civil atuantes nos espaços de participação popular.

Com as ações promovidas, o movimento busca dismantlar a lógica do privilégio decisório do poder público presente mesmo dentro dos canais de participação que se apresentam à população em Belo Horizonte. Apesar dos avanços obtidos com a atuação do Movimento Nossa BH no sentido de acompanhar o orçamento público e de mobilizar a população para discutir a execução do plano de metas de governo, além da sua presença em diversas de participação na cidade, não se pode afirmar que a sociedade da capital mineira tem o MNBH como uma das organizações da sociedade civil que a representa com maior fundamento e legitimidade. Nos próprios documentos do MNBH contabiliza-se que o número de pessoas que participam internamente do movimento é reduzido e que as decisões por elas tomadas ficam instituídas de acordo com a vontade do movimento. Fica como sugestão para trabalhos futuros entender porque um movimento com um propósito tão positivo ainda não encontra adesão e participação significativa.

REFERÊNCIAS

- APPADURAI, Arjun. Deep democracy: Urban Governmentality and the Horizon of Politics. *Environment & Urbanization*, v.13, n.2, p.23-43. 2001.
- AVINA. *Que Hacemos*. Disponível em: <<http://www.avina.net/esp/Que-Hacemos.aspx>>. Acesso em 06 ago. 2013.
- AVRITZER, Leonardo. Sociedade Civil, Instituições Participativas e Representação: da autorização à Legitimidade da Ação. *Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro*, v. 50, n. 3, p. 443- 464. 2007.
- CABRAL, Eloísa Helena de Souza. *Terceiro Setor: gestão e controle social*. São Paulo: Método. 2007.
- FALCONER, Andrés Pablo. One Sector or Many: nonprofits in Brazil. *International Society for Third-Sector Research – ISTR*. p.1-17. 1999.
- FREY, Klaus. Governança Urbana e Participação Pública. *RAC-Eletrônica*, v. 1, n. 1, art. 9, Jan./Abr., p. 136-150, 2007.
- LAVALLE, Adrian Gurza; CASTELLO, Graziela. Sociedade civil, representação e a dupla face da accountability: cidade do México e São Paulo. *Caderno CRH*, v. 21, n. 52, p. 67-86, jan./ abr. 2008.
- MEREGE, Luiz Carlos. The Brazilian third sector contribution for democratization of public policy. *International Society for Third-Sector Research - ISTR*. p.1-30. 2012 no. 0021/2008 – Programa de Infraestrutura para Jovens Pesquisadores/Programa Primeiros Projetos. 2009.
- NOSSA BH. *Movimento Nossa BH*. Disponível em: <<https://www.facebook.com/MovimentoNossaBH?fref=ts>>. Acesso em 03 ago. 2013.
- NOSSA BH. *Quem somos*. Disponível em:<http://www.nossabh.org.br/como_atuamos_principios.php>. Acesso em: 02 ago.2013a
- NOSSA BH. *Como atuamos*. Disponível em:<http://www.nossabh.org.br/como_atuamos_gts.php>. Acesso em: 02 ago. 2013b.
- O'DONNELL, Guillermo A. Horizontal accountability in new democracies. *Journal of democracy*, v. 9, n. 3, p. 112-126, 1998.
- OSTRANDER, Susan A. *Issues Raised by a Reading of Civic Innovation in America*. The Pennsylvania State University, University Park, PA. v. 12, n. 1, p. 52-55. 2003.
- PREFEITURA DE BELO HORIZONTE. *Orçamento participativo*. Disponível em: <<http://gestaocompartilhada.pbh.gov.br/noticias/2014/08/orcamento-participativo-20152016>>. Acesso em 06 ago.2013.
- QUIÑONES, Andrés Hernández; HERREA, Jorge Flórez; HERNÁNDEZ, Edna Bautista. *Análisis y Estudio de Experiencias de Accountability Social en América Latina*. CIDER – Centro de Estudios Interdisciplinarios Sobre el Desarrollo, p. 1-86, 2011.
- RED CIUDADES. *Rede Latino Americana por Cidades Justas e Sustentáveis*. Disponível em: <<http://redciudades.net/blog/?tag=rede-latino-americana-por-cidades-justas-e-sustentaveis>>. Acesso em 06 ago. 2013.
- SCHOMMER, Paula Cheis; NUNES, Jonas Tadeu; MORAES, Rubens Lima. Accountability, controle social e coprodução do bem público: a atuação de vinte observatórios sociais brasileiros voltados à cidadania e à educação fiscal. *Revista da AGU*. 2011.

SELSKY, John. W.; PARKER, Barbara. Cross-Sector Partnerships to Address Social Issues: Challenges to Theory and Practice. *Journal of Management*. 2005.

SOBOTTKA, Emil A. Organizações civis: buscando uma definição para além de ONGs e “terceiro setor”. *Civitas – Revista de Ciências Sociais*, ano.2, n.1, junho.p.1-15.2002.

STIGLITZ, Joseph E. *More Instruments and Broader Goals: Moving toward the Post-Washington Consensus*. German Foundation for International Development (DSE), p. 11-39. 1999.

LOPES, Jonathan Felix Ribeiro; MELO, William dos Santos; TENORIO, Fernando Guilherme. O Programa Territórios da Cidadania: uma política territorial? In: *Ciudadanía, Territorio y Políticas Públicas*. Santiago de Chile: Editorial ARCIS, 2013, p.15-40.

TEODÓSIO, Armindo dos Santos de Souza. *PARCERIAS TRI-SETORIAIS NAGESTÃO URBANA DE BELO HORIZONTE*: uma análise das implicações e desdobramentos do Movimento Nossa BH sobre a esfera pública. Projeto de pesquisa apresentado Fundação de Amparo à Pesquisa de Minas Gerais para o edital. 2013.

WINKLER, Ingrid; POZZEBON, Marlei. A Rede Nossa São Paulo e os Desafios da Mobilização por Cidades Mais Justas e Sustentáveis. *FGV-EAESP/RAE*. vol.1, n.1. 2011.

YAMAUTI, Nilson Nobuaki. O significado político de movimentos sociais que buscam interferir em decisões de governo concernentes a alocação de recursos públicos. *Acta Scientiarum*. p.241-249. 2001.